

APONTAMENTOS FEMINISTAS SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR INTERSECCIONAL

FEMINIST NOTES ON INTERSECTIONAL POPULAR EDUCATION

APUNTES FEMINISTAS SOBRE LA EDUCACIÓN POPULAR INTERSECCIONAL

Paula Vielmo¹

Resumo: Este trabalho defende a indissociabilidade entre interseccionalidade e educação popular, apresentando a experiência do movimento feminista ao dialogar com ambos. Artigo, portanto, educação popular, feminismo e interseccionalidade, tanto teoricamente quanto por meio do relato de duas experiências envolvendo pedagogia feminista - um curso de extensão e um minicurso, objetivando demonstrar a relação entre interseccionalidade e educação popular a partir da experiência do movimento feminista e reconhecer a experiência do feito como fundamento teórico-metodológico para uma formulação pedagógica feminista.

Palavras-chave: Pedagogia Feminista; Educação Popular; Interseccionalidade; Educação Popular Feminista.

Abstract: This work defends the inseparability between intersectionality and popular education, presenting the experience of the feminist movement in dialoguing with both. Therefore, I articulate popular education, feminism and intersectionality, both theoretically and through the report of two experiences involving feminist pedagogy - an extension course and a mini-course, aiming to demonstrate the relationship between intersectionality and popular education from the experience of the feminist movement and recognize the experience of the deed as a theoretical-methodological foundation for a feminist pedagogical formulation.

Keywords: Feminist Pedagogy; Popular Education; intersectionality; Feminist Popular Education.

Resumen: Este trabajo defiende la inseparabilidad entre interseccionalidad y educación popular, presentando la experiencia del movimiento feminista en el diálogo con ambas. Por lo tanto, articulo educación popular, feminismo e interseccionalidad, tanto teóricamente como a través del relato de dos experiencias que involucran la pedagogía feminista: un curso de extensión y un minicurso, con el objetivo de demostrar la relación entre interseccionalidad y

¹ Pedagoga no Instituto Federal da Bahia (IFBA), Campus Barreiras, especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos (NEIM/UFBA) e mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA). Integro o Grupo de Estudos sobre Gênero numa perspectiva Feminista (GEGEF/IFBA), o Grupo de Pesquisa CIGE – Estudos de Gênero em Ciência e Educação (UFBA), o GEM – Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia e o Nego D'água: Pesquisas Interdisciplinares do Oeste da Bahia (IFBA), Linha Educagens. E-mail: paulavielmo@ifba.edu.br.

educación popular desde la experiencia del movimiento feminista. y reconocer la experiencia del hecho como fundamento teórico-metodológico para una formulación pedagógica feminista.

Palabras clave: Pedagogía Feminista; Educación Popular; interseccionalidad; Educación Popular Feminista.

Palavras Iniciais

A chamada para este dossiê oportunizou refletir e sistematizar sobre a relação entre educação popular, feminismo e interseccionalidade, levando-me a escrever para defender a indissociabilidade entre interseccionalidade e educação popular, apresentando a experiência do movimento feminista como síntese dessa relação. O movimento feminista foi o movimento social e teórico que me aproximou de tais reflexões, dado seu caráter de práxis e a relação próxima entre pedagogia feminista e pedagogia freiriana.

As primeiras feministas que conheci pessoalmente ou por textos eram educadoras populares ou professoras de escolas e universidades. Enquanto pedagoga, certamente o caráter educativo do movimento me chamou tanta atenção quanto sua bandeira de luta: o fim da dominação e exploração das mulheres e, por consequência, de todas as pessoas. Era uma evidente Pedagogia da Oprimida sendo apresentada diante dos meus olhos, totalmente desvelados a partir do encontro com bell hooks no ano de 2019.

Com o passar dos anos, a aproximação com uma Pedagogia Feminista implicava em experimentos pedagógicos partindo da perspectiva educacional que envolve diálogo e criticidade, sobretudo por serem espaços que agregavam principalmente mulheres. É deste contexto que emergem essas reflexões iniciais, a partir de militância, estudos e práticas pedagógicas feministas.

O título deste trabalho anuncia de imediato o entendimento de que educação popular e interseccionalidade são indissociáveis e se retroalimentam. O trajeto até tal conclusão se dará por meio de duas seções, que objetivam demonstrar a relação entre interseccionalidade e educação popular a partir da experiência do movimento feminista e reconhecer a experiência do feito como fundamento teórico-metodológico para uma formulação pedagógica feminista.

Difundi-se a interseccionalidade no espaço acadêmico e entre feministas brasileiras, por influência de feministas negras estadunidenses. Contudo, muitas vezes é considerada uma ferramenta que abarca raça, gênero e classe, quando é mais ampla, pois contempla igualmente sexualidade, capacidade, nacionalidade, etnia, colonialismo, religião e status de imigração, sempre de modo contextualizado.

Há, muitas vezes, quando falamos em Educação Popular uma associação imediata com movimentos sociais e com o educador brasileiro Paulo Freire, o que procede. Neste trabalho, o movimento social em foco é o movimento feminista, influenciado pela concepção libertadora de educação em substituição à educação bancária, construindo a partir desta, sua pedagogia própria: a pedagogia feminista (Guacira Lopes LOURO, 2011; Carmen SILVA, 2010).

“Fundamentado na defesa da interseccionalidade das opressões, a educação popular feminista pode apoiar movimentos sociais a construir uma prática pedagógica que (re) conheça as distintas formas de existência e libertação,” alegam Tchella Maso e Noemí Mendoza (2021, p. 162). E é com este fundamento que o movimento feminista tem desenvolvido ações educativas no país desde a década de 1970, à época especialmente sobre sexualidade, saúde e trabalho (SILVA, 2016). Atualmente me parece haver um foco no tema violências.

Neste trabalho, além de articulações entre educação popular, feminismo e interseccionalidade, busco compartilhar dois relatos de ações educativas feministas, nas quais pode ser identificado o embrião para um processo de educação popular feminista. Na primeira seção, discuto e relaciono os conceitos de feminismo, interseccionalidade e educação popular e na segunda reflito sobre a educação popular feminista, relatando duas experiências.

Feminismo: entre Interseccionalidade e Educação Popular

O sentido dos conceitos de interseccionalidade e educação popular estavam no cotidiano muito antes de terem sido nomeados e definidos. Isso não significa que nomear não tenha importância, pelo contrário, facilita a compreensão a respeito de seus significados quando sintetizado nas expressões. Para Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020, p. 237) a interseccionalidade e a educação crítica “influenciaram uma à outra”, levando-me ao objetivo de, nesta seção, demonstrar a relação entre interseccionalidade e educação popular a partir da experiência do movimento feminista.

Entendo o feminismo como um projeto de sociedade, portanto político; um movimento teórico e prático, de reflexão e ação, de práxis. Carmen Silva (2010, p.11-12) apresenta uma definição para feminismo que me contempla, apreendido como “um modo de olhar o mundo que busca articular a análise das desigualdades de gênero, raça e classe no intuito de transformá-las, e que, por isso, exige coerência entre construção teórica e luta social pela transformação.”

Tal definição de feminismo possui sentido interseccional e transformador, portanto próximo da perspectiva da educação popular. A Educação Popular foi sistematizada como prática educativa em meados do século XX, tendo se fortalecido e ampliado na década de 1960,

influenciada pelo pensamento de Paulo Freire (SILVA, 2010; MASO; MENDOZA, 2021). Essa perspectiva pedagógica foi resumida por Carmen Silva citando Cristiano Di Giorgi (2010):

[...] a valorização da cultura popular; a participação dos educandos na formação dos objetivos e métodos de ação do programa educativo; afirmação do caráter político da educação; a ênfase na metodologia; a proposta de partir sempre da vida dos participantes; a ligação entre aprendizagem e organização, entre reflexão e ação político-social das camadas populares; a ‘dialogicidade’; a relação pedagógica horizontal; as técnicas de grupalização, o estímulo à auto-estima e desinibição de todos os participantes; e o privilegiamento da organização de base. (SILVA apud DI GIORGIO, 2010)

De modo complementar, Tchella Maso e Noemí Mendoza (2021, p. 163) destacam as seguintes contribuições de Paulo Freire para a educação popular: “leitura crítica da sociedade e da educação, educação como encontro dialógico e educação como prática libertadora”. Todas essas características são fundamentais para uma ação educativa crítica, sendo facilmente identificada em espaços feministas de caráter emancipatório.

Para Carmen Silva (2010) a Educação Popular é concepção pedagógica constituída por práticas sociais atravessadas pela dialogicidade e intencionalidade de formação de sujeitos autônomos, críticos e criativos voltados à transformação social. Quem participa de espaços feministas não se surpreende com a semelhança advinda da leitura de tais fundamentos, tamanha a semelhança com a Educação Popular Feminista, afinal:

A educação feminista alimenta-se dos princípios pedagógicos fundantes da Educação Popular freireana, dentre os quais se destaca a dialogicidade e o vínculo entre educação e transformação social; mas também a recria, na medida em que traz para o centro de suas pedagogia a desigualdade de gênero e a ideia de movimento feminista como sujeito político, além de trazer a dimensão da subjetividade para a cena pedagógica como elemento central na construção da identidade pessoal e coletiva. (SILVA, 2010, p. 16-17)

Há, portanto, uma nova síntese a partir do encontro entre feminismo e educação popular. A Educação Popular Feminista é assim, interseccional, partindo da própria pluralidade no interior da categoria política mulher, um grupo social “constituído por diferenças e desigualdades no seu interior. Além das relações sociais de sexo, que conformam este grupo social, as desigualdades produzidas pelas relações raciais e de classe têm fortes consequências sobre nós mulheres. (SILVA, 2016, p. 10). Quanto a interseccionalidade, contudo, não se trata de diversidade, tampouco de uma soma de opressões, como analisa Winnie Bueno:

[...] a interseccionalidade é muito mais do que usualmente percebemos no contexto brasileiro, no qual a circulação acadêmica do termo o

reduziu a um somatório de opressões. Na verdade, a interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais.” (BUENO, 2020, p. 3)

Portanto, se noto interseccionalidade no construto de feminismo adotado a partir de Carmen Silva, na apresentação da categoria analítica por Kimberlé Crenshaw (2002) ou Patricia Hills Collins e Sirma Bilge (2020) são fundamentais outros marcadores além de gênero, raça e classe.

A educação foi uma bandeira de luta de gerações de mulheres, atravessando suas diferenças e desigualdades. Todavia, ao tratar de educação popular feminista não trato de educação para mulheres, afinal o feminismo como um projeto de sociedade abarca todas as pessoas, tendo como referência a categoria social mulheres. Cabe ainda distinguir que:

[...] O movimento feminista é uma parte do movimento de mulheres, ou seja, congrega as organiza ações e manifestações cujas participantes assim se identificam, como feministas, o que significa a adoção de uma perspectiva crítica radical a situação social das mulheres e uma agenda de enfrentamento a dominação e exploração às quais nós mulheres somos submetidas. (SILVA, 2016, p. 12)

Alega Carmen Silva (2016) ser usualmente considerado como berço do movimento feminista o texto da francesa Olympe de Gouges, intitulado *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, que lhe conferiu morte na guilhotina no final do século XVIII, em 1793. Contudo, Silvia Federici (2017) relata movimentos organizados por mulheres antes disso, apesar de pouca visibilidade histórica. Esclarece Carmen Silva (2016, p. 27) que não se trata do que conhecemos como feminismo atualmente, por não haver “formulação de uma identidade feminina” à época.

Trata-se, portanto, de um movimento social duradouro com historicidade, sendo a década de 1960 um marco para o feminismo enquanto teoria e movimento social cujo sujeito-hegemônico são as mulheres. Este é igualmente o período que demarca o surgimento da Educação Popular pela América Latina, contando com contribuições fundamentais de Paulo Freire.

Um produto do encontro entre tais abordagens foram os grupos de conscientização ou grupos de reflexão e ação, difundidos pelo Brasil a partir da década de 1970, “sendo fundante na constituição do feminismo no Brasil” (SILVA, 2010, p. 10). Esses grupos oportunizavam por meio do relato de experiências coletivas, elevar a conscientização a respeito das desigualdades advindas das relações de gênero, raça, classe, sexualidade.

A metodologia de partir da experiência das mulheres é uma característica marcante da educação popular, ademais “a EP nos encoraja a sonhar e a lutar pela liberdade de todos aqueles sujeitos, de todas aquelas sujeitas, povos e pessoas subalternizadas por um sistema mundial globalizado e capitalista” (MASO; MENDOZA, 2021, p. 163). Portanto, há muitas convergências entre as causas. Ainda, a interseccionalidade é considerada uma ferramenta de investigação e prática crítica para corrigir as desigualdades sociais (COLLINS; BILGE, 2020).

Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS; BILGE, 2020, p.17)

Portanto, não se trata de soma de opressões, mas de sobreposições que funcionam unitariamente ou na metáfora de Kimberlé Crenshaw (2002) tal como avenidas que se cruzam, de modo que a autora denomina *interseccionalidade*: “interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p.177), como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros que criam desigualdades. Ademais, “o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais.” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 20). Nesse sentido, sujeitos marginalizados como as mulheres congregam vários problemas sociais e a interseccionalidade contribui para a análise e intervenção, tal como o protocolo proposto por Crenshaw (2002), no campo dos Direitos Humanos.

É intrínseco que a articulação entre educação popular e interseccionalidade nos encaminhe, pelas mãos de Patricia Hills Collins e Sirma Bilge (2020, p. 238) até Paulo Freire, ao afirmarem que a “Pedagogia do Oprimido é um texto fundamental para a interseccionalidade.” Parece que todos os caminhos que levam à uma educação transformadora passa pelo patrono da educação brasileira, afinal as pessoas oprimidas precisam desenvolver consciência crítica para analisar a realidade e se opor a ela, propondo sua transformação.

É necessário destacar que há um tipo de feminismo liberal, cuja “a abordagem bancária da educação se baseia em princípios neoliberais emergentes de individualismo, privatização e relações de mercado como solução para os problemas sociais”. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 239). Desse feminismo, é prudente manter distância, pois não combina com uma educação crítica.

Ainda sobre diferenças no interior do feminismo no campo acadêmico e de movimento social, causa recorrente de divergências e conflitos, cabe superar “a falsa dicotomia entre teoria

(o desenvolvimento de ideias) e prática (as ações do movimento)”, alertado por bell hooks (2019). A mesma autora afirma ainda sobre o esforço das feministas para a “práxis feminista libertadora”.

O fato de ser militante e pesquisadora oportuniza uma posição de experiência feita (FREIRE, 1996) que supera essa falsa dicotomia.

Nos cabe, portanto, a tarefa de começar a construir pontes para convocar essas gentes e juntas sonhar, lutar e projetar outros mundos possíveis. Um desafio que ainda hoje é validado entre os vários movimentos, organizações e coletivos que em diferentes partes do mundo exigem maior justiça e igualdade e dizem não a sistema que não é apenas capitalista, mas também racista, sexista e heteronormativo (MASO; MENDOZA, 2021, p. 165)

Cabe ao feminismo, portanto, guiar a construção dessas pontes por meio de uma pedagogia feminista. O atual contexto retoma a reflexão sobre o lugar da educação crítica para a conscientização, tendo como sujeito impulsionador o feminismo. A educação feminista, segundo Carmen Silva (2010) envolve uma construção permanente por meio de processos pedagógicos com oficinas, cursos, seminários, acompanhamento a ações coletivas e processos de luta por bandeiras diversas; incorporam ainda elementos de comunicação e arte.

A experiência do feito como fundamento teórico-metodológico

O interesse por conhecer sobre feminismo ampliou-se com o pânico social instalado pela ideologia de gênero no Brasil a partir de 2014, mesmo período de iniciada a chamada “Primavera Feminista”. Adiante, enfrentamentos com o conservadorismo, todos fatos recentes que contribuíram para deslocar o feminismo para mais perto da interseccionalidade e da educação popular. Portanto, nesta seção objetivo reconhecer a experiência do feito como fundamento teórico-metodológico para uma formulação pedagógica feminista

Por onde começar? Sou uma educadora que atua também em espaço escolar e se utiliza de bases populares na escola e nos movimentos sociais, tendo como premissa a superação da dicotomia educação popular versus educação escolar. Assim a junção de ambas será refletida a partir de experiências advindas de situações educativas feministas como oficinas, minicursos e cursos de extensão em espaço escolar, implicando em uma fusão com educação popular e avanços significativos nas ações educativas.

A valorização das experiências das mulheres e dos processos pedagógicos nos permitem aperfeiçoar o trabalho educativo. Como sugere Carmen Silva (2010), é preciso que ocorra identificação com a experiência para torná-la comum e é preciso desidentificação com o papel social das mulheres para se tornar feminista e construir lutas comuns.

Na educação feminista a autoavaliação está presente, criando relações “entre autoconhecimento e vida social, entre aprofundamento da reflexão pessoal sobre si mesma, construção do conhecimento sobre as mulheres e a ação política transformadora” (SILVA, 2010, p. 17). Isso me levou a refletir como eu me sentia nos espaços feministas e como gostaria de me sentir, bem como trocar tais questões com outras mulheres. Esse movimento de autoreflexão e reflexão coletiva gerou a necessidade de mudanças na pedagogia adotada, tornando-a ainda mais dialógica, solidária e crítica.

Aos cinco momentos da Educação Popular no Brasil delimitados pelo professor Carlos Rodrigues Brandão (2014), penso que podemos adicionar um sexto momento:

O primeiro momento surgiu com a iniciativa de grupos de esquerda em fazer educação para o povo da cidade e do campo. O segundo ocorreu com o processo de independência e com a chegada de imigrantes europeus, principalmente italianos e espanhóis. [...] No terceiro momento, a partir dos anos 1920, surgiram movimentos dirigidos à democratização do ensino e da cultura laica [...]. O quarto momento corresponde à experiência de cultura popular nos anos 1960. Esse movimento teve Paulo Freire como uma das principais lideranças. A principal bandeira era: a ideia de um país que valorizasse sua cultura nacional, contrapondo-se à cultura colonialista, representada sobretudo pelos Estados Unidos, e sustentando que as diferenças de culturas existentes no país eram diferenças de saberes e não desigualdades. Finalmente, o quinto momento resultou dos movimentos de caráter popular, agrupados em torno das questões dos negros, mulheres, meninos e meninas de rua, entre outras. (BRANDÃO, 2014, s/p)

O sexto momento emerge com a disseminação da interseccionalidade como ferramenta analítica, apreendendo de outra forma vários movimentos sociais, incluindo o movimento feminista. A interseccionalidade rompe com a lógica bancária, pois deixa de ser unilateral, passiva e passa a ser uma totalidade. Tchella Maso e Noemí Mendoza (2021, p. 171) destacam três contribuições dos feminismos populares para a Educação Popular e outros feminismos, indicando que uma Educação Popular Feminista é constituída por “questionamento interno aos movimentos sociais; a constituição pluriversa e solidária dos/das sujeitos/as e a pedagogia popular feminista”.

A educação popular feminista é uma prática constituída desde o acumulado político do diálogo entre a EP e os feminismos latino-americanos, em particular dos feminismos populares. Este surge da educação popular e dos próprios movimentos sociais, mas também alimenta estes espaços com contribuições desde um ponto de vista feminista. (MASO; MENDOZA, 2021, p. 170)

Tal concepção remete a falsa polarização entre academia e movimento social, principalmente em se tratando do feminismo crítico. Assim, “[...] a pedagogia para a liberdade

defenderá uma educação que não só questione, mas também, diante do encontro, do reconhecimento e do diálogo com o/a outro/a, transforme as estruturas sociais que mantêm uma miríade de injustiças sociais.” (MASO; MENDOZA, 2021, p. 165). Essa pedagogia exige uma ferramenta analítica como a interseccionalidade. Nesse sentido, trarei alguns apontamentos acerca de experimentos pedagógicos em um curso de extensão e um minicurso.

Nas atividades, os vestígios de uma educação bancária estão tão presente quanto o interesse ser maior entre meninas e mulheres. Antes de sistematizar a pedagogia feminista destas experiências, descreverei ambas.

O Curso de Extensão “Introdução aos Estudos de Gênero numa Perspectiva Feminista” foi realizado entre julho e novembro de 2017, com carga horária de 30 horas, com 30 pessoas inscritas. O curso objetivou “promover reflexões sobre conceitos fundamentais para compreender de maneira mais aprofundada as implicações culturais, políticas, éticas e científicas resultantes da desigualdade nas relações de gênero inerente à sociedade que predomina o domínio masculino”, através de cinco encontros, relatados em trabalho anterior (VIELMO, 2018). Cada encontro contemplou um objetivo específico, quais sejam

compreender conceitos básicos para os Estudos Feministas e Estudos de Gênero: gênero, sexualidades, masculinidades, feminilidades; 2) conhecer as diversas concepções teóricas do movimento feminista; 3) confrontar a epistemologia feminista com os princípios da ciência positivista; 4) compreender como ocorrem as relações de gênero no ambiente escolar e 5) refletir sobre os princípios que norteiam a ética feminista. (VIELMO, 2018, p. 2)

A concepção pedagógica era de construção coletiva, encontro de saberes e horizontalidade e à época, a interseccionalidade foi apresentada no curso como uma abordagem que começava a emergir no país e da qual nós, as coordenadoras – eu e mais cinco colegas - do Grupo de Estudos sobre Gênero numa perspectiva Feminista (GEGEF) começávamos a nos aproximar. Posteriormente, no último encontro, houve uma oportunidade para socialização de trabalhos, cuja marca da arte e da criatividade estiveram presentes como parte de um processo pautado pela Pedagogia Feminista. A produção final requeria

[...] produzir uma reflexão envolvendo as temáticas discutidas nos encontros, a ser materializada na forma de uma produção escrita, audiovisual ou fotográfica, individualmente ou em dupla.

[...]

Houve uma ampla diversidade de produções: documentário sobre quem não se encaixa no padrão de indivíduo de poder; exposição fotográfica de mulheres com autodeclarações, produção fotográfica lésbica, análise de letras de músicas, ensaio sobre gordofobia, fábula, performance

teatral, respostas aos conselhos de Chimamanda, narrativa pessoal respondendo a pergunta “você é feminista?” (VIELMO, 2018, p. 10).

A avaliação do curso foi positiva e indicou mudanças de concepção por parte das e dos cursistas, principalmente a respeito de autoreflexão de sua vida. Foram organizados grupos de estudos em anos seguintes, dos quais a interseccionalidade tornou-se ferramenta fundamental.

O minicurso “Saúde sexual no contexto da atenção à mulher” ocorreu em 22 de outubro de 2022 na XII Jornada Científica e Tecnológica do Oeste Baiano (JCTOB), realizada pelo Instituto Federal da Bahia, Campus Barreiras. FBA, por meio da plataforma Google Meet com duração de 02 horas. A ação educativa foi mediada por mim e pela professora de enfermagem Meirielen Aparecida Freitas.

Direcionado a um público de mulheres, houve baixa adesão, com apenas sete pessoas inscritas. Além delas, três pessoas como apoio, sendo todos homens. O objetivo do minicurso foi contribuir para o reconhecimento de medidas de autonomia e prevenção sexual por parte de mulheres com vida sexualmente ativa.

Novamente a Pedagogia Feminista guia as concepções pedagógicas. Os procedimentos metodológicos do minicurso envolveu quatro momentos: o primeiro de acolhida com música, apresentação das pessoas presentes e do roteiro de trabalho; o segundo situou o tema historicamente e debateu categorias importantes de análise, numa perspectiva interseccional por meio de exposição dialogada; no terceiro momento, houve uma “chuva de ideias” sobre direitos sexuais e reprodutivos para, em seguida realizar exposição dialogada sobre prevenção combinada e sexo seguro; Atividade sexual na gestação; O cuidado com adolescentes; Rastreamento de IST; Imunização; Abordagem às parcerias sexuais. No quarto e último momento, concluímos o minicurso com uma avaliação pelos presentes.

O público do minicurso foram adolescentes e jovens, com boa participação frente às provocações, tanto via microfone quanto pelo *chat*; também, houve adesão à proposta de ligar às câmeras e ao desafio de falar em público. Tais registros são significativos se considerarmos o contexto em que estávamos, de distanciamento social e trabalho/ensino não presenciais, por causa da pandemia por Covid-19.

Em ambas as experiências relatadas, houve disponibilização de bibliografia virtualmente; elas buscam se distanciar da educação bancária e pautam-se numa pedagogia feminista. Apesar de diferenças, interessa-me aqui destacar as semelhanças nas experiências. Assim, ressalto uma perspectiva de dialogicidade e relação pedagógica horizontal. Apesar da forte presença da inibição nos espaços, as participantes aceitaram o desafio de exercitar a fala diante do grupo, exercitando o diálogo naquele espaço de educação feminista. Nas duas

experiências pedagógicas a interseccionalidade atuou para compreender a articulação entre diversos marcadores, deslocando-se da concepção de mulher universal. O fato de terem mulheres diversas participando, oportunizou que as experiências distintas emergissem a ferramenta analítica da interseccionalidade.

Entretanto, há uma lacuna elementar: é fundamental partir da vida das participantes, valorizando a experiência feita e promovendo organização coletiva, afinal “nesse contexto de crítica contra todas as formas de opressão, a relação da EP com as pedagogias feministas é de mão dupla, uma estimula a outra a se aprofundar e reinventar” (MASO; MENDOZA, 2021, p. 169). Patricia Hill Collins e Sirma Bilge abordam a relação entre “interseccionalidade e educação crítica”, onde

A didática dialógica da educação crítica fornece uma via útil para a interseccionalidade navegar melhor pelas diferenças. O uso dos marcos interseccionais para repensar a desigualdade social exige uma metodologia mais participativa e democrática, que rejeita a tendência neoliberal de avaliar o conhecimento com base em seu “uso” ou “função” para o projeto individual. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 244)

Uma educação crítica implica ler contextos, dialogar com saberes diferentes e criar conhecimento a partir desse encontro de saberes. Essas características permitem relacioná-la facilmente com a educação popular, sendo que “navegar pelas diferenças é parte importante do desenvolvimento da consciência crítica, tanto para indivíduos como para as formas de conhecimento” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 244).

Este trabalho educativo requer uma metodologia interseccional, totalmente atenta aos contextos sociais, impossibilitando pacotes prontos.

[...] a metodologia interseccional exige que as diferenças dentro das distintas tradições políticas e acadêmicas de raça, classe, gênero, sexualidade, capacidade, nacionalidade, etnia, colonialismo, religião e status de imigração sejam negociadas. **Essa metodologia dialógica não admite nenhuma conexão pré-formatada entre elas. O objetivo é fazer essas conexões em contextos sociais específicos.** Consequentemente, a heurística da interseccionalidade é um ponto de partida para a construção de solidariedades intelectuais entre formações acadêmicas distintas, mas inter-relacionadas. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 245, grifo meu)

Essa educação crítica perpassa também o espaço escolar, onde disputas acirradas entre produzir e reproduzir muitas desigualdades ou transformar a realidade. Para tanto, é preciso uma ampla reflexão resultante de uma leitura de mundo complexa e atenta, pois “como as escolas têm a tarefa de produzir trabalhadoras e trabalhadores com competências

Apontamentos feministas sobre educação popular interseccional comercializáveis, elas são o principal lugar de implementação da agenda neoliberal” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 247).

Portanto, não provoca estranhamento que a escola seja um local histórico de silenciamentos de inúmeros grupos sociais, dentre os quais as mulheres, mas também seja um espaço em que possa ser estimulada a reverter essa situação, não necessariamente por consciência da instituição escolar, mas por demanda das educandas e educandos.

Palavras finais

Essa produção possibilitou diálogos frutíferos entre feminismo, educação popular e interseccionalidade, jogando luz para a Educação Popular Feminista e a Pedagogia Feminista como novas sínteses de encontros anteriores. A congruência ocorre devido ao caráter crítico de todas as abordagens, mas que não necessariamente dialogam.

Escrever possibilita reaprender, repensar, nutrir perspectivas e compreender que a interseccionalidade pode aperfeiçoar a educação crítica, a educação popular, a educação feminista, tanto dentro da escola quanto em movimentos sociais ou ações extensionistas.

Uma Educação Popular Feminista deseja como ser humano “um sujeito coletivo e plural”, construído por meio de uma educação libertadora com “dialogicidade, integração de saberes e práticas e elaboração de consciência crítica fundada na interseccionalidade.”, alegam Tchella Maso e Noemí Mendoza (2021, p. 174). Esse novo ser humano em transformação, transformará a sociedade.

O feminismo contribuí para constituir o ato político da Educação Popular quando incorpora a perspectiva de gênero, raça, classe, sexualidade, capacidade, nacionalidade, etnia, colonialismo, religião e status de imigração. Foram iniciativas educativas com participação maior de mulheres, promovendo formação de mulheres “para a ação política transformadora de si mesmas e do mundo” (SILVA, 2010, p. 26).

Essas ações partem da experiência feita, ou seja, do que foi vivido pelos sujeitos, neste caso em sua maioria mulheres. Essas experiências são pontos de partida de onde poderemos nos deslocar entre outros saberes, construindo um conhecimento coletivo.

Em ambas as experiências relatadas, está presente uma pedagogia feminista que se inspira na interseccionalidade e dialoga com princípios da educação popular, em virtude de fundamentos semelhantes. Entretanto, há melhorias a ocorrerem, sobretudo quando as experiências das mulheres atuam como fermento para melhoria do processo.

Quem representa a figura do Oprimido no século XXI? Sem dúvidas, a Oprimida. Uma Oprimida bastante diversa e que precisa se emancipar para emancipar igualmente o Opressor.

Acredito que a Educação Popular Feminista seja uma nova síntese para os nossos tempos, tempos cujos ventos sopram feministas.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hills; BILGE, Sirma; tradução Rane Souza. *Interseccionalidade* [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Vol.10, N.1, p.171-188. 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular no Brasil. In: GADOTTI, Moacir (org.). *Alfabetizar e conscientizar: Paulo Freire, 50 anos de Angicos*. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2014.

BUENO, Winnie. Sobre a interseccionalidade. In: COLLINS, Patricia Hills; BILGE, Sirma; tradução Rane Souza. *Interseccionalidade* [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 3-4.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

hooks, bell. Educando mulheres: uma agenda feminista. In: *Teoria Feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 163-194.

MASO, Tchella Fernandes; MENDOZA, Noemí Gómez. Educação Popular Feminista: um sonho, uma luta e um ato político. *Revista Estudos do Sul Global* [online]. v. 1 n. 2 (2021): Cem anos de Paulo Freire: um projeto de esperança. Disponível em <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/31>. Acesso em 24/06/2022.

SILVA, Carmen S.M. *Feminismo Popular e lutas antissistêmicas*. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SILVA, Carmen. Os sentidos da ação educativa no feminismo. In: *Experiências em pedagogia feminista*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010, p. 8-27.

VIELMO, Paula. A experiência do curso de extensão: introdução aos estudos de gênero numa perspectiva feminista do GEGEF/IFBA Barreiras. In: XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR). *Anais...* ISSN: 2674-8932. Salvador: UFBA, 2018, p. 1-14.